

IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**“A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS
NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”**

19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 - VITÓRIA-ES

ENCONTRO PARALELO: ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIRO

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: desafios e avanços.

Cilmar Franceschetto *
cilmar@gmail.com

RESUMO: A atividade dos arquivos públicos está ligada à guarda, preservação, organização e disponibilização dos acervos. No Brasil, a legislação que orienta a política de arquivos coloca como “dever do poder público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.

No entanto, estas instituições muitas vezes não dispõem de recursos humanos suficientes para o trabalho com a imensa massa documental acumulada ao longo do tempo. Soma-se a isso, a falta de um aparato físico (mobiliários, equipamentos técnicos, prédios com instalações adequadas, entre outros) que permita o pleno desenvolvimento de sua missão especificada por lei.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES tem conseguido subverter essa realidade, por meio da modernização do acesso à informação e investimentos governamentais que garantem uma infra-estrutura mais adequada às necessidades do acervo e dos usuários.

A apresentação pretende discutir os projetos do APEES voltados para a sociedade e o conseqüente reconhecimento da importância da instituição centenária na preservação da história administrativa, política e social do estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Arquivo Público, modernização, projetos sociais, acesso à informação.

* Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (UFES); Fotógrafo e Pesquisador. Diretor Técnico do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES.

IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**“A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS NOVAS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”**

19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 - VITÓRIA-ES

PAINEL: ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIRO

A RE-DESCOBERTA DOS DOCUMENTOS

ESTHER CALDAS BERTOLETTI

estherbertoletti@hotmail.com, resgate@cultura.gov.br

Com o avanço das tecnologias que têm facilitado o acesso às fontes tem sido mais complexa a gestão documental (acesso x preservação). Os documentos eram disponibilizados em cópias manuscritas (sec XIX), ou através de verbetes-resumos publicados em diversos catálogos e Inventários tanto na Biblioteca Nacional como no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (sec. XX). Com o avanço das tecnologias da microfilmagem sistêmica e posteriormente com a digitalização dos microfimes, ficou muito facilitado o acesso aos documentos permanecendo importante a elaboração de GUIAS DE FONTES temáticos ou institucionais. Cada vez mais e, principalmente, com a colocação on-line de séries documentais seja manuscritas e/ou impressas os pesquisadores podem de onde estiverem perseguirem seus “documentos” e trabalharem em seus textos. Um exemplo bem marcante é o do PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO/DRI/MinC. Procurar-se-á demonstrar as primeiras dificuldades, o intenso trabalho e os excelentes resultados.

Palavras chaves: documentos, recuperação, acesso

**Técnica consultora em Documentação da FBN, Coordenadora Técnica do
PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO**

A gestão do acesso e a representação da informação na revisão teórico-metodológica da Arquivologia

Vitor Manoel Marques da Fonseca
Arquivo Nacional / Universidade Federal Fluminense

1 Introdução

Os arquivos existem para guardar e dar acesso a documentos e às informações que eles contêm. Essa afirmação, ainda que simples, resume a função dos arquivos desde a Antiguidade e, ainda hoje, com todos os recursos para tecnológicos disponíveis, continua válida.

Se por um lado, esta afirmação ressalta uma continuidade imemorial entre os arquivos, não podemos nos esquecer, entretanto, que os conceitos de guarda e de acesso, mudaram ao longo do tempo. Hoje, quando se fala em guarda, a opção não se resume à guarda de um original ou de sua cópia em papel, mas inclui outras possibilidades, por exemplo, em microfilme ou em versão digital / eletrônica. Da mesma maneira, se na maior parte da história dos arquivos a tônica foi o impedimento, sendo o acesso aos documentos limitado a muito poucos membros do Estado, hoje os governos propõem-se a reduzir ao mínimo as restrições, a transparência na gestão pública é vista como obrigação de todo Estado e decorrência obrigatória de um regime democrático, tornando-se inconcebível que seja negado ao cidadão o direito às informações sobre ele e sobre tudo que repercute em sua vida privada ou social. O livre acesso é a regra, e as limitações que necessitem existir têm, obrigatoriamente, um caráter temporário.¹

Desses dois grandes objetivos dos arquivos, derivam todas as demais funções que lhe são atribuídas, resumidas por Schellenberg, ao se referir aos arquivos permanentes, como quatro, as de destinação, preservação e arranjo, descrição e publicação e, finalmente,

¹ O projeto de lei n. 5.228, de 13 de maio de 2009, que pretende instituir uma lei de acesso à informação no Brasil, determina que a mais alta classe de documentos restritos seria a de ultra-secretos, com restrição por 25 anos. Tal prazo poderia ser prorrogado uma vez pela Comissão Ministerial de Reavaliação de Informações Sigilosas. Outras prorrogações somente poderiam ocorrer nos casos de ameaça externa à soberania, à integridade territorial ou grave risco às relações internacionais.

referenciação.² Ora, essas funções nada mais são do que a fragmentação sofisticada dos dois objetivos principais – a destinação é a definição do que deve ou não ser guardado; preservação e arranjo têm a ver com a conservação e organização do que foi selecionado para guarda permanente; descreve-se, divulga-se e fornece-se informação a fim de que, quando necessários, os documentos guardados possam ser localizados e utilizados.

Neste texto, nossa intenção é centrar a análise na descrição. Isso se dá não só porque é uma das funções básicas dos arquivos, mas também porque é, nos últimos anos, paralelamente às mudanças tecnológicas e culturais que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, uma das áreas de trabalho dos arquivistas que mais tem sido transformada. Uma das inegáveis provas dessa afirmação é o acelerado processo de normalização que as atividades de descrição vêm sofrendo internacionalmente e, por reflexo, também em várias comunidades profissionais nacionais.

2 A Descrição arquivística

Muito comumente na área, a descrição vem sendo conceituada como o conjunto de atividades relativas à produção de instrumentos de pesquisa. Assim o fez Schellenberg, ao afirmar:

Aplicado aos materiais documentários, o termo *descrição* compreende toda as atividades exigidas para a preparação de instrumentos e meios de busca. *Descrição*, de acordo com o dicionário, é a enumeração das qualidades essenciais de um objeto. Esta definição aplica-se tanto aos documentos como aos demais objetos.³

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define como: “Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”.⁴ Definição semelhante é dada por Richard Pearce-Moses:

² Cf. SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 1974, p. 133-134.

³ Cf. SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: FGV, 1980, p. 199. Os itálicos são do autor.

⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, n. 51)

The process of creating a finding aid or other access tools that allow individuals to browse a surrogate of the collection to facilitate access and that improve security by creating a record of the collection and by minimizing the amount of handling of the original materials.⁵

Tais definições, todas pertinentes e verdadeiras, têm como limitação atrelarem o conceito de descrição ao de instrumento de pesquisa. É evidente que processo de descrição culmina com a produção de instrumentos de pesquisa, mas é importante que a definição chame atenção para as características e atributos específicos do conceito. Nesse sentido, uma conceituação mais centrada na idéia de descrição como processo é aquela surgida no bojo do trabalho de normalização da descrição empreendido pelo Conselho Internacional de Arquivos:

elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo.⁶

Essa conceituação dá especial relevância a alguns aspectos. O primeiro deles é que a descrição é uma representação, o que nos permite inferir que não substitui, nem pode conter, integralmente, o documento representado. Também é uma construção, tem um autor que, embora extraia dados do documento, os analisa, organiza e registra a partir de seu ponto de vista, suas experiências e objetivos. Também chama a atenção para as utilidades da descrição, a identificação, gerência, localização e explicação do documento, do contexto e do sistema de arquivo de em ele que foi produzido. Dessas utilidades, identificação, gerência e localização são tradicionalmente reconhecidas, mas a idéia de que a descrição explica o documento, o contexto de sua produção e o sistema de arquivos que o produziu é algo novo.

Na verdade, esses três novos aspectos estão ligados entre si pela idéia do contexto. Explicar o documento é, dentro da Arquivologia, mais do que simplesmente fornecer informações básicas sobre ele (seu título, data, gênero/espécie e dimensões ou quantificação). Trata-se de entender o documento em relação ao seu produtor, às funções e atividades que este

⁵ PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005.

⁶ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística [...]*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Publicações técnicas, n. 49)

exerce e, no exercício das quais a elaboração daquele documento se fez necessária, e em relação aos demais documentos do mesmo produtor. Explicar documentos é, pois, vê-los dentro do contexto em que foram produzidos, e descrevê-los implica, necessariamente, em explicar esse contexto.

Embora a enunciação do conceito contexto seja muito nova nos textos técnicos da área, ele sempre esteve subjacente. A própria base da teoria arquivística, o princípio da Proveniência, também conhecido como do Respeito aos fundos, repousa na idéia de que um documento fora do seu conjunto tem sua carga de informação prejudicada e que perde até em termos de sua autenticidade.⁷ Essa visão já fundamentava a redação por Natalis de Wally da famosa circular do ministro do Interior da França em 1841 que determinava que o conjunto de documentos de uma dada entidade (seu fundo) deveria se manter unido, não recebendo nem perdendo documentos de outros produtores.⁸ Natalis de Wally era não somente arquivista, mas também historiador e, sofrendo a influência do Positivismo, sabia que, como estratégia para uma leitura mais científica (diga-se mais objetiva) dos documentos, importava que os pesquisadores encontrassem o conjunto íntegro, não corrompido por adições ou subtrações que prejudicassem o entendimento de como os fatos históricos haviam se dado.

A percepção de que cada fundo é único levou, erroneamente, os arquivistas a pensarem que cada um dos fundos deveria ser organizado e descrito de uma maneira singular, específica. Isso resultou na existência de um grande número de instrumentos de pesquisa organizados a partir de critérios diferentes. Além disso, por ignorância ou por deliberado desejo de distinção da Biblioteconomia, até mesmo regras simples, como a de que as entradas de nomes pessoais devem ser sistematizadas, foram muitas vezes desprezadas. Do ponto de vista do acesso, em termos práticos gerais, as consequências foram o fato de que a busca de uma informação nunca podia ser feita no acervo de uma instituição arquivística como um

⁷ Cf. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

⁸ “A l’égard des *fonds*, Il importe de bien comprendre que ce mode de classement consiste à reunir tous les titres qui étaient la propriété d’un même établissement, d’un même corps ou d’une famille, et que les actes qui y ont seulement rapport ne doivent pas être confondus avec le fonds de cet établissement, de ce corps ou de cette famille.” Cit. in : SILVA, A. M. et.al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Afrontamento: Porto. 1999, p. 107. Itálico no original.

todo e que, na medida em que os instrumentos de pesquisa eram estruturados diferentemente, a cada instrumento se devia aprender a usá-lo.⁹

3 Mudanças tecnológicas e mudanças técnico-metodológicas – as normas de descrição

A entrada em cena dos computadores provocou enormes transformações na área da informação. As primeiras instituições afetadas foram os centros de referência e as bibliotecas,¹⁰ áreas que já realizavam seus trabalhos com base em uma série de normas. Nestas áreas, pouco a pouco, mais do que somente se pensar em informatizar o catálogo, permitindo rápidas buscas no acervo, outras atividades passaram a sofrer mudanças. O surgimento do padrão MARC (*Machine Readable Cataloging Record*) alavancou tais transformações:

tem-se no final dos anos 1950 a iniciativa da *Library of Congress* (LC) a qual começou a investigar sobre a possibilidade de automatizar suas operações. Entre os anos de 1965-66, após algumas conferências entre a LC e outros órgãos, como a *Counsil [sic] on Library Resources* (CLR), foi apresentado o padrão aberto de catalogação conhecido como MARC, criado pela LC, para padronizar a estrutura, o conteúdo e a codificação dos arquivos bibliográficos armazenados em fichas catalográficas e convertê-las para o meio legível por máquina, significando que um computador pudesse ler e interpretar a informação num registro bibliográfico, de modo a possibilitar o intercâmbio de registros entre bibliotecas [...] o padrão MARC possibilita adicionar informações, definir campos para uso local, atualizar informações existentes, atribuir pontos de acesso recuperáveis e possibilita a catalogação cooperativa, flexibilizando o processo de catalogação, através da interoperabilidade.¹¹

A partir de então, a realização de catálogos coletivos foi extremamente facilitada, bem como a realização de consórcios, de modo que, por exemplo, uma biblioteca pudesse aproveitar o trabalho de catalogação e indexação realizado por outra, poupando assim esforços e recursos, e permitindo a recuperação da obra de uma forma mais consistente. O

⁹ Daí, inclusive, as “notas técnicas” com que os arquivistas mais cuidadosos abriam seus instrumentos de pesquisa a fim de explicar aos usuários como haviam sido elaborados e como deviam ser usados.

¹⁰ Esse processo começa em meados do século passado, como se pode ver no filme *Desk set*, que no Brasil recebeu o título *Amores eletrônicos*. Realizado em 1957, tendo como diretor Walter Lang, passava-se num serviço de referência de uma rede de TV onde um técnico (Spencer Tracy), encarregado de implantar um super computador, tinha de lidar com a resistência das antigas funcionárias, lideradas pela chefe (Kaatherine Hepburn).

¹¹ DZIEKANIAK, Gisele V. et ali. Uso do padrão MARC em bibliotecas universitárias da região sul do Brasil. In: *Encontros Bibli*, v. 13, n. 26, 2. sem. 2008. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/147/14712794013.pdf> Acesso em: 6 set. 2010.

uso da internet, comum algum tempo depois, fez acelerar esses avanços: não só os catálogos coletivos passaram a ser alimentados *online* por todas as instituições participantes, como também a pesquisa por uma determinada obra passou a ser feita no acervo de várias instituições.

No caso dos arquivos, computadores constituíram uma realidade mais palpável, e ao mesmo tempo mais instigadora, na década de 1980. Em alguns casos, começou-se, inclusive, a se colocar a necessidade das instituições prepararem-se para o recolhimento de documentos digitais;¹² em outros casos, elas tinham o primeiro contato com essas máquinas para uso nas atividades técnicas.¹³ Inicialmente, a primeira reação foi a criação de bases de dados, cuja grande vantagem era a possibilidade de uma rápida pesquisa e da impressão de diversos tipos de relatórios, entre eles, um inventário. O problema é que, nessa ocasião, estando os arquivos ainda presos à tradição de se criar estruturas de descrição diferentes para cada fundo, são criadas várias bases, cada uma diferente das outras. Nesse sentido, o uso do Micro CDS/Isis, conhecido popularmente como Micro-Isis, software livre distribuído pela Unesco,¹⁴ facilitava essa multiplicidade de bases de dados, na medida em que, de fácil utilização, permitia que os próprios arquivistas elaborassem suas bases e decidissem como seriam estruturados seus relatórios.

O uso do Micro-Isis, no entanto, provocou algumas inquietações entre os profissionais. A primeira é que, sendo um software elaborado para bibliotecas, não permitia a descrição multinível, característica fundamental da descrição arquivística – isso obrigava, por exemplo, que, para elaboração de um guia de fundos, houvesse uma base que registrasse as descrições nesse nível, enquanto se algum desses conjuntos tivesse uma descrição mais detalhada, isso estaria consignado numa outra base. Por outro lado, ao mesmo tempo que o uso de uma base de dados facilitava e agilizava sobremaneira a pesquisa, provocava o

¹² No caso do *National Archives and Records Administration*, entre 1970 e 1988, cerca de 6.000 terabytes foram recolhidos das instituições públicas norte-americanas. Cf. NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION (USA). *History of the Electronic Records and ERA*. Disponível em: <http://www.archives.gov/era/about/history.html#formation>. Acesso em: 7 set. 2010.

¹³ No caso do Arquivo Nacional brasileiro, o primeiro uso de computadores nas atividades-fim da instituição ocorreu em 1987, durante a realização do Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual, projeto que contou com o trabalho cooperativo de várias instituições no país, principalmente os arquivos públicos estaduais, que coordenavam o trabalho em seus âmbitos geográficos.

¹⁴ Para mais detalhes, ver: *CDS/ISIS database software*. Disponível em: http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=2071&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html Acesso em: 8 set. 2010.

desejo de se ter uma solução tecnológica que pudesse congregiar as descrições de todo o acervo de uma mesma instituição, velha aspiração dos arquivos, onde uma pesquisa mais abrangente provocava, necessariamente, o manuseio de uma grande quantidade de instrumentos de pesquisa.

Importa recordar que a entrada dos computadores nas instituições arquivísticas ocorreu num contexto de crescimento do número de usuários nos arquivos, de aumento dos recolhimentos, de diminuição do número de funcionários e da consolidação da idéia de direito à informação como direito social. Obviamente, essa nova tecnologia provocou uma expectativa de que seu uso, por si só, resolveria os problemas que afligiam a área.

A partir das experiências com o Micro-Isis, e tendo os benefícios trazidos pelos computadores às bibliotecas como exemplo, surge e ganha ânimo a idéia de normalizar a descrição arquivística para potencializar o uso dos computadores como ferramenta. Se já se pretendia conseguir realizar buscas em todo o acervo de uma instituição, a vulgarização da Internet permitiu que se sonhasse ainda mais longe, com a possibilidade da junção, ainda que virtual, de fundos fisicamente separados. No entanto, ficava evidente que todas essas possibilidades só poderiam se concretizar na medida em que a entrada de dados nos computadores fosse padronizada, o que não poderia ser alcançado sem que o processo mesmo da descrição arquivística fosse normalizado.

4 As normas de descrição arquivística e a ampliação do acesso aos documentos

O processo de criação de normas de descrição foi impulsionado pelo Canadá, num contexto em que normas nacionais começavam a ser elaboradas.¹⁵ No Conselho Internacional de Arquivos, o trabalho foi iniciado por uma Comissão *ad hoc*, depois transformada num Comitê de Normas de Descrição e, finalmente, hoje, no Comitê de Boas Práticas e Normas, cuja diferença principal frente seus antecessores é seu campo de ação normativa não ser somente restrito à área de descrição.

¹⁵ Em outras ocasiões, historiei o processo de criação das normas internacionais de descrição arquivística. Cf.: ENTREVISTA com Vitor Fonseca. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 3-12, jan.-dez. 2007; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Tendências da normalização nas práticas de descrição arquivística. . In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO (Documento: Gênese e Contextos de Uso), 1., Niterói, 26 a 30 abr. 2010 (no prelo).

A Comissão *ad hoc* foi a responsável pela elaboração de duas normas: a norma ISAD(G), em 1994, e a norma ISAAR(CPF), lançada em 1996. A existência dessas duas normas já é uma evidência de que aquele grupo de especialistas via a questão da descrição como algo que, por si só, superava os documentos mesmos. Daí o fato de, apenas dois anos depois da ISAD, lançar a norma ISAAR com o fito de, por meio de um registro de autoridade, descrever produtores e outras entidades relacionadas a documentos.

De 1996 a 2004, partindo de uma ampla consulta pública internacional, as duas normas foram revistas.¹⁶ No caso da ISAD(G), poucas mudanças foram necessárias, predominando ações no sentido de dar mais clareza ao texto. No caso da ISAAR(CPF), o processo foi bastante diverso – a norma era pouco usada e considerada difícil, e a revisão visou não só tornar sua adoção mais fácil, como também mostrar aos profissionais o quanto a qualidade de suas descrições poderia crescer se também usassem, de forma combinada, registros de autoridade arquivística. No mesmo período, no Brasil, a criação pelo Conselho Nacional de Arquivos da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística deu origem à NOBRADE, a norma brasileira que, em consonância com aquelas internacionais, pretende atender à nossa realidade e tradições.¹⁷

No quadriênio 2004-2008, o Comitê de Boas Práticas e Normas produziu mais duas normas de descrição: a norma ISDF,¹⁸ para descrição de funções, e a norma ISDIAH,¹⁹ para descrição de entidades custodiadoras de acervo arquivístico. Com essas quatro normas, pretende ter fornecido um instrumental para que a descrição de uma dada unidade de descrição possa ser mais ampla e melhor, inserindo-se no contexto de sua produção e custódia.

¹⁶ Cf. as edições no Brasil: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br; _____. *ISAAR(CPF)*: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br.

¹⁷ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Nobrade*: norma brasileira de descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br

¹⁸ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDF*: norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br

¹⁹ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDIAH*: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br

Todo esse esforço em ampliar a informação sobre o contexto de uma dada unidade documental, seja ela um fundo ou qualquer dos outros níveis em que este possa estar dividido e descrito, visa, exatamente, um melhor acesso aos documentos, entendendo-se aí a idéia de melhor acesso como aquele que permite compreender melhor o documento. Por isso, não são fornecidas apenas informações sobre o documento, mas também sobre o seu produtor e as demais entidades envolvidas, a função/atividade que o produtor exerce e em decorrência da qual o documento é criado e até sobre a entidade que o custodia, que, ao receber e dar acesso a ele, também o relaciona, de algum modo, a outras unidades documentais.

A idéia de um sistema de descrição, combinando o uso de todas as normas existentes, pretende exatamente ampliar as possibilidades de acesso, seja por fornecer aos pesquisadores uma melhor descrição, seja também por permitir que ele chegue ao documento que deseja, ou necessita, a partir de várias possibilidades – dos próprios documentos, das entidades coletivas, pessoas ou famílias a eles relacionados, das funções e atividades em cujo exercício forma gerados ou mesmo a partir das entidades que custodiam acervos arquivísticos.

O ICA-AtoM é um exemplo de software que permite a criação de um sistema de descrição em que todas essas possibilidades de fornecimento e busca de informação são passíveis de existirem. Trata-se de um *software* aberto, promovido pelo Conselho Internacional de Arquivos (daí ICA – *International Council on Archives*), que conta com o apoio de diversas outras entidades (*Library and Archives Canada*, *Archives nationales* - França, *The National Archives of Scotland*, *Unesco*, *Archiefschool* – Holanda e o *United Arab Emirates Centre for Documentation and Research*), e que se encontra em sua fase final de testes para a versão 1.1.²⁰ Além do uso das normas internacionais de descrição, disponibiliza formatos de intercâmbio de dados, permitindo tanto exportações quanto importações.

Mas as normas vão além disso. Ao consagrarem formas de trabalho entre os profissionais, as normas também permitem que os usuários saibam como devem realizar suas pesquisas, e portanto, dispensem apreender a lógica de cada instrumento para avaliarem se os documentos descritos lhe interessam. Numa época em que os pesquisadores fazem grande parte de seu trabalho de pesquisa fora dos arquivos, por meio da internet, essa vantagem é

²⁰ Mais detalhes podem ser obtidos em <http://ica-atom.org/>

fundamental, porque lhes permite ser o que todos devemos ser: autônomos. Michael Fox mostra a importância das normas ao sinalizar o que ocorre com um pesquisador que lida com a informação descritiva desnormalizada:

Quando cada arquivo decide, individualmente, quais elementos de informação serão usados para descrever seu acervo, como o conteúdo de cada elemento de informação será expresso e a sequência na qual a informação é organizada e apresentada ao usuário, nossos instrumentos de pesquisa tornam-se torres de Babel para os pesquisadores.²¹

Normas são também essenciais para a elaboração de bases de dados cooperativas. Esse tipo de ação é interessante tanto para os pesquisadores quanto para os próprios arquivos participantes. Para os primeiros, permite que a busca de uma dada informação seja mais ampla, varrendo de uma vez só o acervo de instituições distantes geograficamente e dispensando-o da longa busca sítio a sítio e, como era anteriormente, de ter de estar atento a cada uma das idiossincrasias existentes. Para os arquivos, permite-lhes relativizar seus acervos, frente aos das demais outras instituições, facilitando, por exemplo, a descoberta de parcelas dispersas de mesmos fundos. Ora, a criação dessas bases de alimentação compartilhadas somente pode ocorrer a partir do uso, por todos os arquivos participantes, de uma estrutura comum, obedecendo às mesmas normas.

Mais: ações cooperativas dessa natureza não se restringem ao uso comum de normas de descrição, como podemos observar com o que vem ocorrendo no âmbito do banco de dados Memórias Reveladas, que congrega o Arquivo Nacional, arquivos estaduais e municipais, instituições privadas e pessoas, que custodiam documentos relativos à repressão política vigente no Brasil durante o Regime Militar.²²

A potencialização da pesquisa foi logo evidenciada nos primeiros resultados do processo de recuperação da informação com o uso de uma base comum, provocando expectativas e reflexões quanto à possibilidade de expandir a experiência a outros conjuntos, temas e períodos. A experiência vem também impelindo os técnicos a novas normalizações, buscando-se, por exemplo, regular a qualidade e a acessibilidade das imagens digitais que, pouco a pouco, são tornadas disponíveis e, de forma intensa, indicando a urgência da

²¹ FOX, Michael . Por que precisamos de normas. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 36, jan./dez. 2007.

²² Para maiores informações, cf. Banco de dados Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.an.gov.br/mr/>.

definição de procedimentos comuns, políticos e técnicos, para acesso aos documentos, dado que algumas instituições têm, tradicionalmente, proporcionado um acesso mais amplo que outras.

Importa, assim, perceber que o processo de normalização da descrição arquivística está profundamente ligado ao acesso, como não poderia deixar de ser, uma vez que, como afirmamos no início deste, os arquivos existem para guardar e dar acesso aos documentos.